

Da Biblioteca do Exército à Biblioteca Militar: o lugar ocupado pela instituição no Estado Novo

CLARICE B. ARAÚJO BERKOWICZ*

A atual Biblioteca do Exército Editora nasceu da antiga Biblioteca do Exército, que à época de sua inauguração ainda não possuía uma editora própria. Esta antiga Biblioteca foi criada por iniciativa do escritor e poeta Franklin Dória, o “Barão de Loreto” quando ministro da Guerra em 1881. Dória ocupou diversos cargos durante o Segundo Reinado e recebeu o título de Barão quando Conselheiro do Império em 1888. A biblioteca ocupava o 2º pavimento da ala direita do antigo quartel do Campo da Aclamação, atual Praça da República. A solenidade de inauguração aconteceu no dia quatro de janeiro de 1881. Ao som do Hino Nacional suas Majestades e Altezas Imperiais foram recebidas pelo ministério, oficiais gerais de mar terra e grande número de oficiais de todas as armas, corpos docentes de vários estabelecimentos de instrução, senhoras e povo¹.

A cena solene estampa atualmente a página oficial da Biblioteca do Exército Editora na Internet. Conhecida como “a Casa do Barão de Loreto”, a Biblioteca hoje se localiza no palácio Duque de Caxias, antigo Ministério do Exército, no Rio de Janeiro. Nesta página encontramos também um breve histórico da Biblioteca. Inicialmente ela é apresentada como uma “centenária instituição cultural do Exército Brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão dos meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral”.² Este histórico chega a afirmar que as origens da Biblioteca remontam às preconizadas pelo Marechal Friedrich Wilhelm Ernest, o Conde de Lippe, no século XVIII, como parte da reorganização militar portuguesa.

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

¹ PEREGRINO, Umberto. *História da Biblioteca do Exército: um capítulo da história militar brasileira*.

² <http://www.bibliex.com.br/job/>.

Sabemos que valorização da antiguidade é parte do processo de consolidação do Exército como instituição. Celso Castro, ao analisar o surgimento e a institucionalização de tradições do Exército, como o culto ao Duque de Caxias, demonstra que existe uma permanente “invenção” das tradições ao longo do tempo. Ou melhor, afastando-se da concepção original de Eric Hobsbawm,³ enfatiza o caráter de permanente invenção da cultura humana, não opondo tradições “inventadas” a outras vistas como “genuínas”. Assim, determinados símbolos permitem, através da evocação do passado, construir a identidade social do Exército e o sentimento de algo que permanece além das mudanças, num processo sempre inacabado.⁴

No ano de 1937, quando se inicia a ditadura Vargas, esta instituição passa a contar com um conselho editorial. O decreto nº 178 de 26 de junho de 1937 institui também a ela uma nova denominação: Biblioteca Militar. Assim, instituição é apresentada de modo que seja reforçada a idéia de que possui sólidas e antigas raízes históricas. A criação do setor editorial em 37 é vista como uma “reorganização” idealizada pelo General Valentim Benício da Silva, na gestão do então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. De acordo com essa perspectiva, parece natural a idéia de que a atual Biblioteca do Exército “nasceu” da antiga Biblioteca do “Barão de Loreto”. Mas um rápido exame da obra de dois autores aponta uma realidade histórica diferente.

Umberto Peregrino, general, diretor da Biblioteca do Exército de 1954 a 1960, constrói a história desta instituição com base nos Relatórios do Ministério da Guerra e no Livro Histórico da Biblioteca, que começou a ser redigido em 1956 com o objetivo de “reconstituir” os seus fatos históricos. O funcionamento da Biblioteca, de acordo com sua narrativa foi interrompido diversas vezes, por conta da precariedade das instalações ou da utilização do espaço para outros fins, como em 1922, quando o salão de leitura passou a ser usado para o funcionamento do Conselho de Guerra e para bancas de exames de oficiais da Escola de Aperfeiçoamento.

Em 1925 a Biblioteca é fechada por aviso do Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho. Longe de ser mais uma breve interrupção, este aviso ministerial mantém a Biblioteca fechada por nada menos do que doze anos. E há mais. Segundo Peregrino, o

³ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs). *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁴ CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

seu acervo foi disperso pelo Estado Maior do Exército, tomando destinos variados e desconhecidos.⁵

O General Francisco de Paula Cidade, em sua *Literatura Militar Brasileira*⁶ faz o seguinte comentário a respeito da Biblioteca Militar, reaberta em 1937:

(...) A fundação da Biblioteca Militar deve-se ao Ministro da Guerra. General Eurico Gaspar Dutra, mas a idéia partiu do Coronel Valentim Benício da Silva, que igualmente guiou os primeiros passos da nascente instituição cultural (...) A Biblioteca do Exército foi criada em 1881, pelo Ministro da Guerra Barão de Loreto, Franklin Américo Dória. Nunca foi uma editora. Obedeceu sempre às idéias antigas, muito antigas mesmo, de que uma biblioteca pública era apenas um depósito de livros, devidamente relacionados, tendo para servi-la um certo número de pessoas que atendam aos consulentes, arrumem os livros e os preservem das traças. (CIDADE, 1998: p. 475)

As obras de fundo memorialista, como a de Peregrino, procuram tecer uma história onde a Biblioteca e o próprio Exército aparecem como instituições de sólidas raízes e estáveis politicamente. No entanto, isto não impede que haja clivagens e divergências entre esses autores, sobretudo quando se trata da memória da instituição. No caso de Peregrino e Cidade, podemos perceber uma grande divergência em relação à continuidade entre a “antiga” Biblioteca, fundada em 1881 e a “atual”, reaberta em 1937. É visível que, para esses dois autores, o seu fechamento em 1925 e sua reabertura em 1937, representam marcos, um divisor de águas em sua história.

Mas enquanto Peregrino silencia sobre as condições e os motivos do seu fechamento, defendendo uma idéia de continuidade entre a “Biblioteca do Barão de Loreto” e a de “Dutra”, Cidade insiste em uma versão “desvinculadora”, enfatizando as idéias “antigas” que inspiraram a criação da Biblioteca do Exército, em 1881. Peregrino assim se refere à interpretação de Cidade:

Positivamente não há como acompanhar o ilustre mestre da História Militar do Brasil na sua interpretação desse capítulo da História do Exército. Sem sombra de dúvida, a Biblioteca do General Benício e do ministro Eurico

⁵ PEREGRINO, Umberto. *História da Biblioteca do Exército*. p.41. É preciso observar que esta obra não possui informações como a editora e a data de publicação. Pela sua sequência cronológica, podemos supor que se trata de uma publicação do final da década de 1980.

⁶ CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar brasileira* de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

Gaspar Dutra é a mesma do Ministro Franklin de Menezes Dória. Ocorreu verdadeiramente uma restauração, caracterizada com nitidez pelo empenho na recuperação do acervo disperso. (PEREGRINO, p. 80)

Esta reorganização contou com a criação da seção de publicações. Assim, além de dispor de um acervo para consulta, a Biblioteca passa a ser uma editora. Esta seria constituída de três coleções. Seriam elas a coleção A, denominada “Os Nossos Soldados”, a coleção B, denominada “Obras Patrióticas” e a C, “Obras de Educação”. O decreto 1748, de 26 de junho de 1937 também instituía distinções honoríficas ou prêmios aos autores de obras novas registradas na biblioteca ou aos que transferissem ao Ministério da Guerra a propriedade de obras antigas.⁷

Para além desta história institucional, acreditamos que essas mudanças na organização da Biblioteca fazem parte de um processo maior, de invenção do Exército como aparelho de Estado. A década de 1920 foi bastante conturbada para o Exército brasileiro. O período foi marcado por profundas divisões no interior da instituição, já visíveis desde o golpe de 1889 e os primeiros anos da república.⁸ Essas divergências levaram a uma série de movimentos políticos, como as “revoltas tenentistas”, em 1922, 1924 e a Coluna Prestes entre 1925 e 1927, que culminariam na Revolução de 30.

Em 1925, ano em que a Biblioteca é fechada, a Escola Militar do Realengo estava praticamente vazia devido à expulsão dos alunos das turmas anteriores, envolvidos na revolta de 1922, que passaram a servir como soldados.⁹ Setembrino de Carvalho havia comandado, como Chefe do Estado Maior do Exército, a reação governista contra a revolta de 1922. Como Ministro da Guerra, em 1913, ele oficializou o culto ao Duque de Caxias, o que, segundo Celso castro, teria funcionado simbolicamente como um “antídoto” contra a indisciplina militar.¹⁰

A interrupção no funcionamento da Biblioteca e o seu desmantelamento se deram num momento de intensa mobilização política de oficiais, onde a hierarquia militar foi fortemente abalada. Para o Exército, seria imprescindível tomar medidas que garantissem sua integridade institucional. Assim, retomar a lembrança do tenentismo, Para Peregrino, poderia não ser conveniente, por se tratar de um assunto “delicado” para

⁷ Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. Câmara dos deputados. <http://www.camara.gov.br>

⁸ CASTRO, Celso. *Inventando tradições no Exército brasileiro*. Estudos Históricos, 1994.

⁹ CASTRO, Celso. *Inventando Tradições no Exército brasileiro*. Op. cit. p. 106.

¹⁰ CASTRO, Celso. Op. cit. p 108.

a instituição. Ser ao mesmo tempo parte da instituição e “historiador” da mesma, marca muito bem o “lugar” ocupado pelo autor. Sua obra, nesse sentido, é marcada pelos valores que esta instituição procura preservar.

Consideraremos, nesta comunicação, que esta “nova fase” da Biblioteca, representa, acima de tudo, uma nova fase do Exército brasileiro. A criação do Conselho editorial da Biblioteca Militar deve ser compreendida no contexto das circunstâncias históricas, dos movimentos sociais e políticos que acabaram com o antigo arranjo político da República Velha, definitivamente extinta depois da Revolução de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. A década de 1930, por sua vez, inicia um processo político que termina em 1937, com a implantação do Estado Novo. O período entre 1930 e 1937 foi marcado por ambiguidades e pela existência de diferentes projetos que disputaram o jogo político.

Esta situação de efervescência política tinha a ver com a diversidade de forças que haviam se aglutinado em torno da Aliança Liberal, a coligação partidária oposicionista que em 1929 lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Os rebeldes “tenentes”, grupo de jovens oficiais do Exército que a partir da década de 1920 tentava, através das armas, derrubar o regime em vigor desde 1889, também fizeram parte da Aliança Liberal.

Os rebeldes defendiam a educação pública obrigatória, a reforma agrária e a adição do voto secreto. Com a derrota de Vargas nas eleições de 1930, alguns aliancistas, conduzidos pelos tenentes, prepararam uma insurreição para chegar ao poder. Militares legalistas, que haviam combatido as manifestações tenentistas da década anterior, como Góes Monteiro, também participaram dos preparativos do movimento revolucionário de 1930.¹¹

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, inaugurada a Segunda República em outubro de 1930, o Exército se viu instalado no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira.¹² No entanto, a consolidação do poder militar e a definição do conteúdo de sua ação política ainda exigiriam um grande

¹¹ JUNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. *Tenentismo e crises na Primeira República*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Da proclamação de República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol. 1 pp. 317-318.

¹² CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

esforço, pois havia conflitos entre correntes antagônicas dentro e fora da organização. Para José Murilo de Carvalho, a revolução não fora resultado de consenso dentro das forças armadas. Desse modo, a adesão da guarnição do Rio e Janeiro, sob a liderança do comando do Exército, se deveu a uma tentativa de evitar possíveis exageros da facção minoritária do Exército que vinha comandando as tropas rebeldes. Esta minoria rebelde era composta principalmente de oficiais subalternos, muitos remanescentes das revoltas da década de 1920, cuja reintegração e rápida promoção iriam perturbar profundamente a hierarquia e o sistema de promoções no Exército.

O Exército que emergiu da revolução era uma instituição fragmentada que teve dificuldade em sobreviver no ambiente que se seguiu. O estado de indisciplina que tomou conta do Exército após a vitória pode ser demonstrado pela quantidade de revoltas, levantes, conspirações, agitações, protestos coletivos ou até mesmo greves, que marcaram o período.¹³ Carvalho divide esses movimentos em “conspirações de generais”, “rebeliões de praças” e “manifestações de oficiais subalternos”.

A recuperação da antiga Biblioteca e criação do conselho editorial da Biblioteca Militar se deram num período em que o Exército implementa uma série de reformas em vários campos, apaziguando as suas lutas internas e externas, se tornando uma instituição mais homogênea. Em meio a esses conflitos, ganhou força um projeto hegemônico de um setor do Exército, que já vinha se desenvolvendo há algum tempo. Este setor conservador preferia falar no Exército como expressão da Nação e não como encarnação do povo, como preferiam os setores mais radicais.

O ideal para os oficiais que representavam esta corrente conservadora era a sua imunização contra a “política”, isto é, contra o contágio de qualquer tipo de conflito externo. Após a derrota de propostas alternativas, o projeto se tornou vitorioso com o golpe de 1937. O projeto incluía mudanças na estrutura interna da organização militar, nas relações da organização com o Estado e com a sociedade em geral.¹⁴ As medidas mais explícitas diziam respeito ao recrutamento de oficiais.

De acordo com o relatório do Ministro Góes Monteiro, de 1940, algumas exigências foram feitas para matrículas no Colégio Militar e as Escolas Preparatórias de Cadetes. As restrições significavam excluir do Exército os não católicos, sobretudo os

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Op. cit. p.65.

¹⁴ Idem. p. 64.

judeus, por se tratar de “raça” sem “noção de pátria”, os filhos de imigrantes, os negros, os filhos de pais não legalmente casados e os filhos de pais cujas idéias políticas não agradassem ao regime.¹⁵

Além dessas restrições, foram desenvolvidos e aperfeiçoados mecanismos internos destinados a homogeneizar ideologicamente o oficialato e imunizá-lo contra doutrinas consideradas corrosivas à corporação e à nacionalidade. Não por acaso, o primeiro livro publicado pela editora da Biblioteca Militar veio a ser “Em Guarda”, uma coletânea de diversos autores versando sobre temas anticomunistas.¹⁶

Desse modo, a criação do conselho editorial, no Estado Novo, também pode ter funcionado como um mecanismo para que o Exército somente atuasse como força militar em bloco, sem contestações internas. A disseminação de idéias comunistas representava, à época, uma ameaça às novas concepções do papel do Exército, definidas pelo que Góes Monteiro chamou de “política do Exército”, em oposição à “política no Exército”, se referindo às agitações políticas que desestabilizaram o Exército até o Estado Novo.

Não estamos aqui incorporando a interpretação “desvinculadora” de Paula Cidade, que pode estar ligada a sua atuação como divulgador do modelo de organização militar alemã. Cidade, assim como Setembrino de Carvalho, fez parte da oficialidade que foi treinada na Alemanha, durante o governo de Hermes da Fonseca, conhecida como “Jovens Turcos”. O envio de oficiais para serem treinados pelo Exército alemão foi uma das mais importantes medidas do Ministro Rio Branco para a modernização do Exército brasileiro.¹⁷

Ao regressarem esses oficiais decidiram integrar-se nas tropas para dar o exemplo prático aos colegas. Fundaram a revista “A Defesa Nacional” em aliança com alguns oficiais que não tinham ido á Alemanha, mas que se identificavam com seus propósitos renovadores. Os “Jovens Turcos” lutavam por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política e a defesa nacional. Paula Cidade em 1910 fundou a “Revista dos Militares”, em Porto Alegre, também com propósitos renovadores.

¹⁵ Idem. p. 80.

¹⁶ PEREGRINO, Umberto. *História da Biblioteca do Exército*. Op. cit. p.79.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Op. cit.. p.27.

Talvez fosse importante para Cidade desvincular a nova biblioteca da antiga, que estaria inserida em uma realidade onde o Exército não havia ainda adquirido um perfil institucional, com os valores modernos e profissionais que este grupo pretendia cultivar no seio da oficialidade.

Temos até aqui dois pontos importantes: o fechamento da Biblioteca do Exército em 1925, período marcado por movimentos políticos que desestruturaram a hierarquia militar, e a reabertura e criação de uma editora própria em 1937, ano que marca o início do Estado Novo, período em que o regime se fecha, tornando-se uma ditadura. Como demonstramos até aqui, as clivagens no interior da oficialidade não cessaram com a nova República.

Estas clivagens se apaziguaram com a vitória de um projeto modernizador de cunho conservador, dentre outros possíveis nos conturbados primeiros anos da Nova República. O esforço em criar uma editora e incentivar a publicação e a produção de obras da literatura militar não pode ser dissociado do papel central que o Exército ocupa no Estado Novo. Segundo José Murilo de Carvalho, o Exército, a partir de 1937, servia de “parteira” da nova ordem, diferente da imaginada pelos revolucionários de 1930.

Desaparece, portanto, a idéia do Exército como “vanguarda do povo” e afirma-se a do Exército coexistindo com a estrutura, como elemento dinâmico deste.¹⁸ passa a ser importante, assim, consolidar os valores condizentes com esta nova realidade do Exército, no meio militar. Podemos dizer que a incompatibilidade entre política e disciplina militar é uma idéia que passou a ser fortemente defendida. Para Celso Castro, é no plano simbólico que estes valores puderam se legitimar no seio da oficialidade.

Acreditamos que a Biblioteca do Exército Editora, como difusora de uma história institucional, é parte importante no processo de construção da identidade social do Exército. É através de seleções que o conselho editorial aprova e estimula o interesse por determinados e episódios e temas da história brasileira.

Desde a criação do setor editorial, a Biblioteca Militar, que na década de 1950 volta à sua antiga denominação, publicou inúmeras obras sobre a Guerra do Paraguai, sobretudo sobre seus chefes militares. Em 1938, o conselho editorial editou as *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*, de autor desconhecido e *Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva, desde o seu nascimento, em 1803 até*

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Op.cit.p.99.

1878.¹⁹ Observamos que até a década de 1960 foram publicadas obras de caráter cívico e educativo, além de memórias da Campanha, onde há relatos sobre a atuação de chefes militares como Mallet, Caxias, Osório, entre outros.

Estes trabalhos memorialistas tiveram algumas reedições, como as *Reminiscências da campanha do Paraguai*, de Dionísio Cerqueira, que teve sua primeira edição pela Biblioteca em 1948, a segunda em 1958, e a última em 1980. Consideramos memorialistas os textos de escritores militares que atuaram na Guerra do Paraguai e escreveram suas memórias sobre a campanha, assim como cartas e diários de guerra.

Também consideramos memorialistas textos de escritores militares que são narrativas históricas sobre guerras e outros episódios da história brasileira. Podem ser obras de caráter global, como a de Tasso Fragoso, que reúne um grande conjunto de documentos oficiais. Esta obra pode ser considerada a maior obra da historiografia clássica sobre a Guerra do Paraguai.²⁰

Dionísio Cerqueira fez parte da geração de oficiais oriunda da Guerra do Paraguai e ocupou diversos cargos públicos durante a Primeira República.²¹ Sua narrativa destaca a atuação de chefes militares durante a campanha, o cotidiano das tropas e dos combates e é marcada por uma perspectiva bastante idealista, sobretudo quando trata da atuação dos voluntários da pátria.²² Este é um dos mais ricos relatos sobre a campanha. O objetivo dessas edições era promover a imagem de Caxias e de outros chefes militares.

A Guerra do Paraguai foi o conflito de maior amplitude que o país enfrentou e sua importância para a história militar, seja ela institucional ou acadêmica, é enorme. Para o Exército brasileiro, este episódio constitui um rico arsenal simbólico. Os

¹⁹ PEREGRINO, Umberto. *História da Biblioteca do Exército*. Op.cit.p.81.

²⁰ DORATIOTO, Francisco Monteoliva. História e ideologia: a produção brasileira sobre a guerra do Paraguai. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Colóquios, 2009. <http://nuevomundo.revues.org/49012>

²¹ A edição de 1980 das *Reminiscências* traz um estudo biocrítico da obra, escrito por Umberto Peregrino, que relata a atuação de Cerqueira como político e ministro.

²² A criação dos corpos de voluntários da pátria através do decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865 foi uma medida do governo imperial que visava preencher os vazios das fileiras do exército. No século XIX havia inúmeras dificuldades e limitavam o recrutamento. O decreto fixava algumas vantagens aos voluntários, como o recebimento de uma quantia em dinheiro ao final do conflito, além de extensões de terra. Com o decorrer do conflito a resistência ao recrutamento se tornou ainda maior e a guerra cada vez mais impopular, obrigando as autoridades a recorrerem ao recrutamento forçado.

patronatos das principais armas do Exército, a partir da década de 1940, foram ocupados por chefes militares que atuaram na guerra, sobretudo na Batalha de Tuiuti.

Como exemplo podemos citar Osório, patrono da cavalaria; Sampaio, patrono da infantaria e Mallet, patrono da artilharia. Acima de todos esses heróis, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, é oficialmente cultuado como Patrono do Exército. Caxias e Osório são as duas maiores personalidades cultuadas pelo Exército e foram monumentalizados em estátuas equestres no Rio de Janeiro, em 1894.²³

A imagem de Caxias como um homem avesso à política, o pacificador e mantedor da unidade nacional, ganhou força dentro do projeto político autoritário vitorioso em 37. Essas eram qualidades e ideais que todo militar deveria perseguir. Eram também pontos que fundamentavam a crítica ao funcionamento da democracia política liberal e das alternativas socialistas vistas como elementos de divisão.

Esta orientação política conservadora, embora tenha se tornado hegemônica durante o Estado Novo, continuou orientando o Exército mesmo no período constitucional pós 45. Assim foi sendo cristalizada a idéia de que Exército e Estado são indissociáveis, ambos vistos como expressão orgânica da nação.²⁴

A formação do panteão cívico do Exército, com seus heróis, na maioria lideranças militares que atuaram na Guerra do Paraguai, como o Duque de Caxias e o general Osório foi fundamental para a afirmação de um elemento que sempre procurou se afirmar no plano simbólico, mesmo em diferentes contextos históricos: a existência de vínculos indissolúveis entre o Exército e a nação brasileira.²⁵

Podemos assim perceber que a criação do setor editorial da Biblioteca não se trata somente de uma reorganização, não podendo ser dissociada do papel que o Exército assume no Estado Novo. Nesse sentido, a Biblioteca do Exército Editora pode ser concebida como um mecanismo institucional que procura, por meio da difusão de uma literatura memorialista, veicular uma história “oficial” do Exército, onde este se funde com a própria nacionalidade. Por meio de seleções de “episódios” do passado, procura-se construir uma realidade que legitima o Exército como instituição de sólidas

²³ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Op. cit. p.15.

²⁴ CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Op. cit. p 26.

²⁵ Idem.p.81.

raízes nacionais, contribuindo para o processo de invenção do Exército como aparelho do Estado.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da civilização brasileira*. São Paulo. Difel. T3, v.2, 1974.

CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária.

CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

HOBSBAWM, Eric ; RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

PEREGRINO, Humberto. *História da Biblioteca do Exército: um capítulo da História Cultural do Brasil*.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Osório e Caxias: Os heróis militares que a república manda guardar*. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 25, p.231-251.